

No meio das águas turvas (Racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte — 1888-1889)*

Flávio dos Santos Gomes**

* Recebido para publicação em outubro de 1991.

** Aluno de pós-graduação em história social do trabalho na Unicamp.

A carta aterrorizada que Pequitita Barcelos envia a seu irmão, escrita em Valença, em meados de 1889 (ver box na página seguinte),¹ nos traz alguns elementos para percebermos os vários significados do 13 de maio, tanto para os libertos como para seus ex-senhores e políticos, no período imediatamente pós-abolição, pontuado que foi por um acirrado debate político. Na pauta de discussões, não mais estava a questão do elemento servil propriamente dita, e sim a possível mudança do regime político vigente.

No segundo semestre de 1888, com efeito, a propaganda republicana avança. Na província do Rio de Janeiro, cresce enormemente a organização de centros republicanos: 25 dos 30 grupos existentes nessa província tinham sido fundados no decorrer de 1888.² Na Corte, os principais abolicionistas se dividem entre o apoio declarado à propaganda republicana e a defesa da monarquia. Na dança dos ministérios, a crise do Império se aguça, enfrentando os fulminantes ataques dos republicanos. Os jornais noticiam uma provável conspiração do

conde D'Eu para inaugurar o Terceiro Reinado no país. No interior, os fazendeiros, insatisfeitos e achando-se prejudicados com a abolição, apóiam em sua maioria a propaganda republicana. Os ex-escravos abandonam as fazendas, à procura de melhores condições de vida e autonomia; muitos se negam a trabalhar para seus ex-senhores.

O debate entre monarquistas e republicanos ganha as ruas da Corte, dessa vez com um novo personagem: o liberto. Com a organização da Guarda Negra em fins de 1888, inicia-se na cidade do Rio de Janeiro um intenso debate em torno da participação política dos libertos. Em algumas ocasiões, esse debate assumiria a forma de conflitos armados entre libertos e republicanos. Também as polémicas sobre esses conflitos são acirradas através dos jornais dirigidos por José do Patrocínio e por Rui Barbosa. Em editoriais inflamados no *Cidade do Rio* e no *Diário de Notícias*, esses dois articulistas políticos travaram um contundente debate sobre o republicanismo e a monarquia que tinha, porém, como pano de fundo a dis-

Lélé

Só hoje, foi que pude te dirigir algumas linhas; desejo-te, portanto boa saúde e fortaleza nos estudos. Elvira ainda falla em você, qualquer moço que ella vê, de longe, diz logo: Lélé, porém de perto não toma ninguém por você, o que mostra conservar ella, lembrança da tua physionomia; Áurea, ainda anda constipada.

Entremos agora a fallar sobre o assumpto que me levou a escrever-te: comunico-te que espera-se grandes coisas para o dia 13 de maio, esse malfadado dia! Espera-se tanto, meu irmão, que como sabe, ou como vistes, no dia 17 de março, a bôa fé do Barcellos; e agora desde já, elle tomou todas as cautellas possíveis para esse dia, até dous bons capangas, sendo um capoeira, mas contudo isto, eu espero o dia 13, como um condemnado que sobe o cadafalso; elle não quer que eu me retire com as crianças, diz que aqui mesmo é que devemos ficar, e temos certeza de grandes barulhos, pois o Dr. Guadagny veiu propositalmente da fazenda, avisar ao Barcellos de que os libertos de sua fazenda, há muitos dias que estão fabricando ballas e dizendo que são para os republicanos. Todos em Valença estão aterrados, a ponto de algumas pessoas projectarem viagens do

dia 12; já se tem avisado ao Delegado que tome providências sérias, diz elle, (você o conhece, que é pelos negros) que já requisitou 20 praças, porém diz alguém, que sabe, não vir nem uma só! Lélé si você pudesse por intermédio do seu amigo, irmão do Chefe de policia, arranjar alguma cousa, mas nunca dizendo que soube por republicanos, o Barcellos não sabe que te escrevo, porque elle continúa a dizer que não pede nada a policia, mas como sabes a mulher é fraca, e eu tremo, por meu marido, minhas filhas e por mim, eu que há 6 meses tive o mais amargurado facto temo muito outras barbaridades. Só poderias ver eu, meu terror si estivesse commigo. Os libertos, Lélé estão altaneiros e depois esses telegramas, que já não fazem questão de politica, mas sim da raça, que horror, meu Deus. Enfim me parece que a nossa existência será só por dias, ando sobressaltada, que não como, não durmo, vivo n'uma melancolia notória, o Barcellos procura tranquilizar-me, mas é de balde, só tenho na mente o dia 13.

Todos nós com saúde. Adeos, estou muito agitada.

*Tua irmã e [ilegível]
25-04-1889
Pequiúta.*

cussão sobre o papel político dos ex-escravos e sobre a atuação da Guarda Negra.³

Este artigo tem como principal objetivo analisar os discursos de alguns segmentos sociais da época sobre a participação política dos libertos. Também em torno dos episódios da Guarda Negra, foram abordadas diversas questões, entre as quais os aspectos relativos à cidadania do liberto na ordem social recentemente estabelecida, seus limites e significados, e ao racismo contra o negro.

Em um dos lados dos discursos e episódios, postavam-se abolicionistas, monarquistas e políticos republicanos, esboçando em seus discursos e atitudes um projeto disciplinador de trabalho e higiene para uma grande população de cor livre, constituída em boa parte de ex-escravos. Na visão dessa elite política, os trabalhadores escravos passariam a trabalhadores negros, sendo essa, aliás, sua marca de distinção, agora num país de braços dados com o progresso e rumo à civilização.

Do outro lado, havia uma população negra que procurava constantemente redefinir os contornos do controle e da dominação contra ela exercida. No caso da Corte, homens e mulheres negros, partindo de suas tradições de luta e experiências da escravidão, buscavam agora, depois da abolição, forjar novas experiências de liberdade. Espaços de autonomia e de liberdade, aliás, era o que os ex-escravos tentavam conquistar num mundo sem possuídos e possuidores. E é claro que as batalhas em torno dessas questões não foram travadas somente em discursos ou retórica política. Pelo contrário, o que a truculência dos primeiros anos de República mostrou é que os políticos não pouparam esforços para submeter a população negra e pobre da cidade do Rio de Janeiro a seu sonhado projeto.

Apesar de possíveis solidariedades e indignações, não tocaremos ainda, por ora, nosso pretexto inicial – Pequiiúta e sua “melancolia notória”. Agora é o momento de convidar o leitor para mergulhar “no meio das águas turvas”.⁴ Mas fiquemos tranqüilos pois, mesmo que o mergulho seja profundo e a turvação das águas obscureça nossas visões, prometo conduzir o leitor de volta à superfície nem sempre límpida.

PARTIDO POLÍTICO OU NAVALHISTAS DO IMPÉRIO?

Criada alguns meses depois da abolição, mais propriamente em setembro de 1888, quando da comemoração do aniversário da Lei do Ventre Livre e das homenagens à princesa Isabel, a Guarda Negra seria alvo constante de críticas e controvérsias no período. Nessa ocasião, a Confederação Abolicionista havia organizado festas na Corte para comemorar o aniversário da Lei do Ventre Livre e homenagear a princesa Isabel, que recebera do papa Leão XIII a Rosa de Ouro por ter assinado a lei.

Entre comemorações e homenagens, o certo é que pouco se sabe, de fato, sobre como se deu a organização da Guarda Negra ou a que grupo estava ligada. No final de setembro do mesmo ano, ocorre um encontro na redação do jornal *Cidade do Rio* do qual, entre outros, participam João Clapp, José do Patrocínio e representantes da Liga dos Homens de Cor e da recém-criada Guarda Negra. Esse encontro assinala a oficialização da Guarda Negra enquanto um grupo organizado por libertos que, demonstrando gratidão à princesa Isabel, tinham como objetivo espalhar-se pelo Brasil, “construindo com seu trabalho e patriotismo uma muralha de corações unidos em defesa da liberdade de todas as maneiras, especialmente a representada por Isabel”.⁵ As notícias sobre esse encontro e a criação da Guarda logo produzem variadas especulações políticas sobre seus supostos objetivos e suas influências.

A polêmica sobre a atuação da Guarda Negra, porém, somente se intensificou nos últimos dias de 1888, ganhando, assim, grande destaque nas disputas políticas dos periódicos da época. Em 30 de dezembro, um comício do republicano radical Silva Jardim que se realizaria na Sociedade Francesa de Ginástica, localizada no Largo do Rocio, deu ensejo a um conflito generalizado entre libertos e republicanos.⁶ A luta adquiriu enormes proporções, com vários feridos a bala e com a intervenção da polícia da Corte. Segundo o officio do delegado de polícia, Francisco de Paula Valladares ao chefe de polícia da Corte, os feridos no conflito, mais de 30, eram “quase todos homens de cor” e haviam sido feridos por armas de fogo.⁷

Periódicos da cidade do Rio de Janeiro de variados matizes político-partidários estamparam extenso noticiário sobre esse confronto, criticando ora a participação da Guarda Negra e dos libertos no choque, ora os desfechos desastrosos provocados pela radicalização da propaganda republicana.⁸ Nos ataques da imprensa, o conflito era geralmente abordado em duas versões divergentes e polarizadoras.

A primeira versão, gerada por elementos republicanos, inimigos do imperador e do regime monárquico, afirmava que a Guarda Negra era uma milícia de navalhistas e capoeiras paga e arregimentada pelo Império, principalmente pelo ministério conservador de João Alfredo, para intimidar a propaganda republicana e que os libertos haviam se dirigido ao local do comício com o firme propósito de provocar os seguidores dos ideais republicanos.⁹ Aliás, o comício de Silva Jardim foi antecedido de discussões e intrigas políticas – seria resposta a uma conferência de Joaquim Nabuco – e de denúncias em jornais, em meio a acusações contra a política imperial, de que a deflagração de um conflito entre republicanos e correligionários da Guarda Negra era iminente. No dia anterior ao comício, o republicano Alcindo Guanabara publicara na folha que dirigia, sob o título “Polícia desordeira”, a informação de que a polícia da Corte estaria conivente com as desordens que seriam praticadas e de que corria que havia mesmo “um programa assentado”, cinco dias antes, “em uma das delegacias”, tendo ficado resolvido que, por mais que apitassem, a polícia fardada se conservaria surda. Para esse periódico, a Guarda Negra nada mais representava do que a “polícia secreta dos demagogos”.¹⁰

Essa visão não se distanciava muito da de Pequitita com relação às providências policiais a serem tomadas ante os rumores de desavenças que poderiam ocorrer em Valença envolvendo republicanos e libertos. As percepções da amedrontada Pequitita evidenciavam que ela e, por conseguinte, seu marido (Barcellos) identificavam nos movimentos e ações dos libertos “altaneiros” apenas uma disputa política entre propagandistas e simpatizantes republicanos e os fiéis monarquistas, representados pela polícia.

No entanto, se a autora da carta – assim como Alcindo Guanabara – percebeu usos políticos por republicanos e monarquistas nas demonstrações de hostilidades dos libertos à propaganda republicana, ela, entre o medo e a

raiva, não quis enxergar que uso político podia haver também por parte dos ex-escravos, que podiam ver naqueles ataques ao Império possíveis reversões, pelo menos do ponto de vista jurídico, de sua situação social, conquistada com o 13 de maio. Em Paraíba do Sul, por exemplo, um boato de que o governo imperial decretaria uma lei obrigando os libertos a trabalharem mais sete anos para seus senhores alvoroçou ainda mais os ex-escravos, que abandonaram em massa as fazendas locais.¹¹ Muitos ex-escravos perceberam rapidamente que seus ex-senhores trocaram suas roupas de fazendeiros por fardas republicanas. O discurso da indenização muitas vezes cheirava a reescravização. Mais do que nunca era chegada a hora de os libertos gritarem ainda mais alto o seu “não quero”.¹²

O conflito do dia 30 faria recrudescer o debate político a respeito da participação dos ex-escravos – nesse caso, a Guarda Negra – naquela disputa. Esses acontecimentos terão diversas versões. O jornal *O Paiz*, também republicano, assim se pronuncia com relação à principal causa dos distúrbios:

Hão de se lembrar os habitantes do Rio de Janeiro que tal agressão partiu de um grupo de homens de cor que acompanhou os republicanos desde o edifício em que se havia realizado a conferência até o Largo de S. Francisco de Paula, onde, tendo pretendido ferir o ilustre democrata Silva Jardim, provocou a reação que o repeliu e que foi miúgada pelos próprios republicanos, tomando sob proteção o grupo de desordeiros em debandada.

Desde que as folhas diárias anunciaram tal conferência, espalhou-se por toda a cidade o boato de que a guarda negra não consentiria que ela se realizasse, e que provocaria distúrbios. A notícia de que Silva Jardim seria assassinado em pleno salão correu de boca em boca e despertou o mais vivo interesse ainda nos menos inclinados às lutas políticas.¹³

Os “menos inclinados” não eram senão os libertos e negros, que constituíam a maioria no comício e, não menos coincidentemente, a maioria dos feridos no conflito de dezembro. O que esse editorial omitia era que a Corte vivia um período de grande agitação popular, de que é exemplo a Revolta do Vintém no início dos anos oitenta, e que havia aumentado com a propaganda abolicionista a partir de 1885. Se para as autoridades imperiais essa população (na qual se incluíam libertos, escravos e população livre de cor) procurava sempre ocupar o palco do teatro urbano, naquela ocasião, pelo menos para os irritados republicanos, ela estava querendo assumir e dirigir seu próprio espetáculo, dessa vez patrocinada pela inércia da polícia da Corte e com a contribuição da atenciosa platéia de monarquistas inveterados.

A segunda versão sobre os acontecimentos dizia que a formação da Guarda Negra representava um direito político dos libertos. Seu principal porta-voz era nada menos que José do Patrocínio, abolicionista mulato que havia ganho destaque nos meios políticos durante a campanha abolicionista. Segundo Patrocínio, a Guarda Negra constituía um “partido político tão legítimo como outro qualquer”, cuja existência simbolizava a gratidão dos ex-escravos com a princesa Isabel.¹⁴ Isso confirmava a declaração de um outro porta-voz, que havia declarado, quando da criação da Guarda, ter ela “jurado eterna gratidão a Isabel, a Redentora”.¹⁵ Sobre o conflito, assim se manifestou o periódico abolicionista da Corte, *Cidade do Rio*, então dirigido por Patrocínio:

(...) apesar da abstenção da guarda negra, foi impossível conter, ontem, a explosão da cólera popular que desde muito fumejava do caráter e do brio nacional, contra essa propaganda que insulta duas vezes a pátria, rebaixando-lhe o ideal americano e uma raça que, pelos seus sentimentos generosos, conseguiu fazer-se amar ao ponto de sermos nós um povo quase sem preconceitos de cor.¹⁶

Nessas versões sobre o conflito, algumas questões saltam aos olhos. Enquanto a versão de *O Paiz* se preocupava em apontar a participação e a provocação da Guarda Negra como fundamental na causa do conflito, o *Cidade do Rio*, declarando sua “abstenção”, tentava deslocar sua interpretação das causas dos acontecimentos para a questão mais ampla do debate político emergente na Corte. Para o *Cidade do Rio*, o que desencadeou o confronto não foi a ação desse ou daquele grupo, e sim um movimento de aspiração popular em curso, “impossível de conter”.

Ainda que o editorial de Patrocínio fosse uma resposta aos ataques dos jornais republicanos que noticiaram o confronto, sua declaração de que havia ocorrido uma “explosão da cólera popular” é reveladora. Em sua participação como militante abolicionista na Corte, ele já tinha observado como a população pobre intervinha muitas vezes decisivamente nas questões políticas que emergiam e como tinha seu próprio modo de lhes dar uma resposta. Enquadrado em uma prática política institucional, Patrocínio se esforçava também em elaborar uma versão racional da ação da população de cor contra republicanos durante o comício de Silva Jardim. No seu discurso, esboçava-se a idéia de que a Guarda Negra era um grupo representativo e organizado da massa de libertos e de que, portanto, estaria à margem daqueles distúrbios, considerados irracionais. Por outro lado, nota-se na informação do *Cidade do Rio* contida na expressão “quase sem preconceitos de cor” a expectativa do surgimento de um possível confronto político-racial. Assim, na disputa ocorrida, além de um confronto entre republicanos e monarquistas, haveria também o de homens brancos versus homens negros. Em outra oportunidade, Patrocínio seria mais enfático ainda:

Explorando a má vontade dos ex-senhores contra os libertos, abusando da ignorância de uns e da ingenuidade de outros, o Sr.

*Silva Jardim açula o ódio contra a raça negra, insinuando, para ser agradável aos fazendeiros, que a República não tarda e que com ela virá imediatamente a indenização e a lei de opressão para o liberto.*¹⁷

O fato é que o próprio *O Paiz*, ao descrever as causas e conseqüências dos distúrbios do dia 30 de dezembro, destacava que a agressão partira de “um grupo de homens de cor”, quase nenhuma vez se referindo a monarquistas. De qualquer maneira, outras questões surgidas no período pós-emancipação estavam submersas naquelas “águas turvas”.

Em primeiro lugar, havia a tensão entre ex-senhores e libertos decorrentes da abolição. A possibilidade de desobediência dos libertos, que marcara o período da escravidão, era muitas vezes interpretada pelos fazendeiros como fruto de insubordinações. Nos jornais do interior da província fluminense, publicavam-se editoriais de políticos conservadores e ex-senhores reclamando de supostas insolências e abandonos das fazendas pelos libertos, que em muitos casos se recusavam a continuar trabalhando no mesmo local onde haviam sido escravos. Uma ex-escrava, por exemplo, explicou por que razão não permaneceria na fazenda onde havia nascido e se criado: “Sou uma escrava e, se ficar aqui, continuarei escrava.”¹⁸ A promessa de salários representava pouco para os libertos, que procuravam, na medida do possível, controlar suas próprias condições de trabalho longe de qualquer sujeição.

Em segundo lugar, essa “má vontade” dos fazendeiros, que Patrocínio apontava, era acirrada, entre outras coisas, pela discussão da indenização requerida pelos ex-senhores com a emancipação dos escravos. A preocupação dos fazendeiros fluminenses com a indenização era assunto diário dos periódicos da Corte nos meses que se seguiram à abolição e chegou a ser tema de uma divertida crônica de Machado de Assis publicada na *Gazeta de Notícias* em 26 de junho de 1888. Ironizando a

pretensão e a ansiedade dos fazendeiros, a crônica de Machado apresenta um narrador “espertalhão” que deseja investir algum dinheiro comprando libertos a preços mais em conta, ávido pelo “lucro certo” que teria quando da esperada indenização.¹⁹

A discussão sobre a indenização prosseguiu durante os primeiros anos do período republicano. Vários fazendeiros apostaram no regime republicano, na crença de que seriam indenizados pelos escravos emancipados pela Lei Áurea. O ideário republicano de um país positivo e civilizado, rumo ao progresso, se harmonizava com os interesses dos fazendeiros de manter a disciplina e o controle do trabalho e da vida dos libertos e da população negra em geral. Nas cidades, esse ideário se materializou na perseguição implacável aos capoeiras e na destruição de cortiços. No interior, os libertos encontrados longe das fazendas, isto é, longe do olhar controlador dos fazendeiros, eram tachados de vagabundos, preguiçosos e ociosos, sendo jogados nas prisões locais.

Durante a campanha da abolição, algumas questões raciais chegaram a ser colocadas, provavelmente apenas na retórica jornalística e na oratória de alguns ativistas negros e mulattos. A utilização do discurso do preconceito racial pelos abolicionistas funcionava muitas vezes como um recurso político para acusações aos escravocratas, criando polémicas na campanha. Luís Gama e José do Patrocínio, em diversos momentos, haviam lançado o tema do racismo em seus pronunciamentos e debates políticos,²⁰ tendo este, querendo intensificar os debates jornalísticos e revidar os ataques políticos que sofrera, tomado como acusações pessoais termos raciais encontrados nas discussões sobre o fim da escravidão.

No entanto, essas acusações de preconceito racial ressaltavam muito mais o absurdo que seriam tais discriminações numa sociedade racialmente miscigenada, como Patrocínio acreditava ser a do Brasil, do que uma perspectiva de denunciar um racismo estrutural por parte das elites que tratavam da questão da emanci-

pação do escravo. É claro que ele, sendo um político mulato, sofria constantemente ataques racistas, muitas vezes virulentos. Em 1881, por exemplo, ao se casar com uma mulher de cor branca, Patrocínio fora violentamente atacado por uma parte da imprensa carioca, principalmente pelo jornal *O Corsário*. Nem os brancos abolicionistas, seus correligionários políticos, lhe pouparam acusações de cunho racista.²¹

No conflito envolvendo a Guarda Negra, Patrocínio tenta identificar um motivo de caráter racial anterior que teria tido conseqüência direta na deflagração dos acontecimentos:

(...) passando das palavras aos atos, no penúltimo domingo, alguns manifestantes, que acompanhavam um dos mais pretensivos dos novos apóstolos, agrediram grupo de cinco cidadãos de cor preta, ferindo-o a pedradas e tiros e reparando ferimentos e sustos com outros cidadãos que faziam tranquilamente a sua refeição no hotel Petit-Console.

*Esta agressão provocou a mais viva indignação, porque se depreendeu dela que os novos republicanos não davam aos homens de cor o direito de discordar das suas opiniões.*²²

Nesse trecho, é interessante destacar como Patrocínio substitui, de início, a expressão “homens de cor” por “cidadãos de cor preta”. Mais que acentuar a possibilidade de os libertos exercerem a cidadania através de uma provável participação política no debate, revela a idéia do racismo como causa singular dos acontecimentos posteriores.

A questão da cidadania dos libertos apareceria em outros discursos da época.²³ Havia cidadãos e cidadãos e Patrocínio, hábil político, conhecia os seus significados. Talvez o que ele quisesse dizer com “cidadãos de cor preta” fosse que juridicamente a abolição havia igualado os homens numa sociedade sem escravos.²⁴ Ainda assim, ele, como ninguém, sabia o quanto essa igualdade era desigual em termos

de direitos políticos e sociais. Nem o abolicionista mais cínico ou ingênuo acreditava que os libertos passariam de escravos a cidadãos com a abolição. No máximo, de escravos se transformariam em trabalhadores negros ou “cidadãos de cor preta” e, num futuro próximo, quem sabe, em “homens civilizados”.²⁵

A propósito de uma nota da Guarda Negra publicada no *Cidade do Rio* por Clarindo de Almeida, defendendo-se de qualquer participação no conflito, os jornais de tendência republicana descarregaram nova bateria de críticas.²⁶ Da canhoneira de *O Paiz* veio o seguinte tiro:

*Por outro lado, todos se revoltaram contra esta força organizada na sombra e na sombra armada contra a sociedade – a guarda negra; todos sentiram um conflagramento indescritível ao ver surgir na arena do combate os homens que a revolução popular libertaria a 13 de maio.*²⁷

O “conflagramento indescritível” a que alude o periódico não era outro senão o da participação de libertos, ex-escravos e negros, numa manifestação popular e, pior ainda, anti-republicana. Decerto, na visão dos políticos da época, e não somente dos republicanos, a experiência da escravidão conferiu aos libertos uma incapacidade política e, portanto, a “arena do combate” não era lugar para aqueles homens ainda não preparados para as responsabilidades da liberdade. Mais tarde, o próprio Patrocínio diria que o “cativo havia roubado a noção da vida social” dos negros escravos. Era uma visão anparada num positivismo social que reiterava que somente quando os libertos saíssem da “sombra” e ingresassem na “sociedade” saberiam discernir seus próprios interesses sem “confranger” os ideólogos republicanos de um país civilizado.

Ainda não era a hora, portanto. A velha idéia de que a massa só poderia se manifestar sob os auspícios do discurso e da ação das elites era então evocada. A disputa entre monarquistas e republicanos, muitos deles igual-

mente abolicionistas, tinha suas metáforas. No mesmo dia, Patrocínio se defende das críticas à Guarda Negra, novamente utilizando o termo cidadão em sua retórica, desta vez associando-a à Revolução Francesa:

*O mesmo direito que um cidadão tem para atacar o trono, outro cidadão o tem para defendê-lo. Também creio não levantar objeções, afirmando que os 700 mil libertos do 13 de maio constituem, entre nós, o verdadeiro povo brasileiro e aquele quarto estado que na revolução francesa abriu sem armas as portas da Bastilha.*²⁸

Se, de um lado, Patrocínio e, mais tarde, Rui Barbosa e outros tantos jornalistas de destaque na Corte trocaram farpas em suas folhas, criticando tanto os desmandos dos ministérios imperiais como os ataques republicanos contra a Coroa, nas ruas da Corte e mesmo no interior da província, os libertos demonstravam suas desconfianças e insatisfações com a propaganda republicana contra o Império.

Não resta dúvida de que a maior parte da população negra da Corte era monarquista, o que os relatos de João do Rio revelavam claramente.²⁹ Os republicanos não só sabiam que a monarquia gozava de grande popularidade, como também que existia uma antipatia com a propaganda republicana. Por exemplo, em Sapucaia, norte da província fluminense, jornais noticiaram que alguns libertos se recusavam a trabalhar para fazendeiros alistados no Partido Republicano, sob a alegação de que não haveria dinheiro que os fizesse trabalhar para homens que hostilizavam a regente que lhes dera a liberdade.³⁰ Medeiros e Albuquerque, em suas memórias, afirma que os republicanos, percebendo a agitação pró-monárquica da população negra, iam armados para os "meetings" e que vários deles descarregavam seus revólveres contra os negros armados de paus e cacetes.³¹ Enquanto os articulistas políticos se digladiavam na imprensa, nas ruas da cidade os espaços eram ocupados por libertos e militan-

tes republicanos que defendiam no braço suas opções políticas.

A despeito dos intensos debates e conflitos, a Guarda Negra mereceu pouco ou quase nenhum destaque nos trabalhos dos historiadores que analisaram esse período da história brasileira. Se os políticos da época procuraram, através da retórica, metamorfosear os atores daquele espetáculo, parte da historiografia retirou-os definitivamente da "arena do combate".

As referências sobre a Guarda Negra na historiografia a caracterizavam ora como um grupo de navalhistas e capoeiras recrutados pelo ministro João Alfredo para defender a monarquia em crise contra os ataques dos republicanos, ora como um movimento irracional de gratidão dos libertos, romantizado e manipulado por alguns líderes abolicionistas em defesa da princesa Isabel. No pensamento das elites da época, seria inadmissível conceber essas ações como efetivas participações políticas autônomas dos libertos. Se o discurso da manipulação dos escravos, tão utilizado pelos escravocratas contra os abolicionistas, era agora usado pelos republicanos com relação aos libertos, parte da historiografia o incorporava e ia mais longe: parecia ter conseguido, com refinada competência, o feito invejável, para os irados republicanos da época, de retirar os libertos das ruas e ignorar suas estratégias políticas e sua capacidade de perceber aqueles acontecimentos, negando-lhes o papel de sujeitos históricos naquele processo.³²

Entre as várias definições produzidas pela historiografia a respeito do que foi a Guarda Negra, há algumas que, no mínimo, são curiosas, pelo seu tom incisivo e preconceituoso:

Vários historiadores, mal informados, teimam falsamente em dizer que as confederações abolicionistas logo depois do 13 de maio se transformaram numa associação denominada Guarda Negra, para a defesa da Princesa Isabel, a Redentora, e seu tro-

*no. Não é verdade. A Guarda Negra nunca existiu. Foi uma fantasia nascida da eloquência de um dos muitos discursos de Patrocínio. O negro humilde e ignorante não podia compreender o gesto da Princesa dando-lhes a liberdade; ao contrário, tinha vergonha de sua cor e ocultava a condição de ter sido escravo. Mesmo aqueles que obtiveram a liberdade em consequência da Lei Áurea, alcunhados de 'os 13 de maio', ficaram ofendidos quando alguém os chamava por esta denominação.*³³

É possível que o autor desse texto, Paulo José Pires Brandão, mudasse de opinião se se deparasse, percorrendo as ruas da Corte naquele período dando vivas à República, com um grupo de libertos: a Guarda Negra. Ou não. Talvez, mesmo assustado ou até machucado por alguns solavancos, ele se recusasse a admitir que os negros "humildes" e "ignorantes", marcados pela escravidão, tivessem vontade política própria. É possível também que ele, um monarquista saudosista, não quisesse relacionar a "dona" princesa Isabel e a tentativa de sustentação do Império com aquelas manifestações dos libertos.

Prosseguindo com sua argumentação e se apoiando nas memórias do então ministro conservador Ferreira Viana, seu avô, e em outras autoridades do Império, ele chega a pretender dar uma versão verdadeira e definitiva sobre o que teria sido o fenômeno da Guarda Negra:

O que há de verdade sobre a Guarda Negra é o seguinte: quando o Ministro Ferreira Viana, já em 89, mandou que o Chefe de Polícia, Desembargador Manuel José Espínola, acabasse com os meetings republicanos, vestisse policiais, de cor, à paisana, de porrete à mão, e fossem para a rua. Quando começou o primeiro destes meetings chefiados por Silva Jardim e Lopes Trovão, gritavam 'lá vem a Guarda Negra' e saíram do esconderijo os tais soldados à paisana. Foi o bastante para que a multidão, possuí-

*da de verdadeiro pavor, dispersasse imediatamente. Quem dirigia esta diligência e a mim contava era o Delegado de Polícia, então, o Dr. Francisco de Paula Valadares.*³⁴

Uma outra descrição da Guarda Negra, não menos interessante, é a que Rui Barbosa publicou, com pitada de terror, no *Diário de Notícias*. Baseando-se em informantes, Rui descreve as reuniões da Guarda Negra como um ritual de iniciação em que libertos entram num "quase transe" ao jurarem fidelidade a "Isabel, a Redentora". O medo branco republicano definia quase sempre a Guarda Negra como uma entidade de feição maçônica originada de reuniões secretas e misteriosas.³⁵ Do seio desses discursos vão emergir diversas versões sobre a atuação da Guarda Negra, sejam de autoridades do Império, de republicanos, de abolicionistas, de monarquistas, ou até mesmo dos que se apresentavam como seus legítimos representantes ou chefes. Essas visões continuam como pontos comuns a perspectiva positivista e racista das elites do final do século XIX no Brasil.³⁶

A REDENTORA: BRUXA BRANCA OU PRINCESA DOS ESCRAVOS?

A figura da princesa Isabel aparecia constantemente nos vários discursos a respeito da Guarda Negra. Alguns abolicionistas a defendiam, afirmando que os libertos, com a organização da Guarda Negra, davam-lhe provas de sua gratidão pela Lei Áurea:

Por uma centena de negros, que proclamam o Sr. Silva Jardim o grande libertador da sua raça, há centenas de milhares, a quase unanimidade dos negros brasileiros, que estão prontos a dar a vida para salvar a Coroa de Isabel, a Redentora, que foi o berço onde vagiram os seus primeiros filhos livres; e foi por último a sagrada pia em que

*eles se batizaram na religião da liberdade, da igualdade e da fraternidade.*³⁷

Afora os ideais revolucionários franceses, mais uma vez destacados no discurso de Patrocínio, o movimento dos libertos em favor da monarquia era visto, tanto por republicanos como por monarquistas, muito mais como uma "gratidão" da "quase unanimidade dos negros brasileiros" com a princesa, do que como dotado de um significado político autônomo. Nos ataques ou defesas à Guarda Negra, a imagem da princesa Isabel tinha um sentido comum em ambos os discursos: simbolizava a "irracionalidade" da participação política dos negros. A popularidade do imperador e agora da princesa Isabel, entre a população negra e pobre da cidade, certamente assustava os políticos republicanos. A respeito da popularidade do imperador e da princesa entre os libertos na Corte, o *Cidade do Rio* publicou o seguinte comunicado:

*Sociedade Vida Nova União da Nação Cabinda – Grande número de africanos da nação Cabinda, constituídos em sociedade, querendo manifestar o profundo amor e reconhecimento ao pai da Augusta Redentora da raça negra, resolveram ir em passeata, no próximo domingo, felicitá-lo pelo restabelecimento da sua preciosa saúde e pelo seu feliz regresso à pátria.*³⁸

O imperador dom Pedro II, que já andava lá mal das pernas, talvez necessitasse mais de alguns feitiços providenciais daqueles africanos do que da tal "passeata". Também o conhecido personagem príncipe Obá, que era recebido pelo imperador, tinha grande popularidade entre escravos e libertos na Corte no final do século XIX.³⁹ Não resta dúvida de que a princesa Isabel havia herdado essa popularidade de seu pai, mas em suas críticas os republicanos insistiam em produzir imagens infantilizadas dos libertos que, segundo eles, explicariam as atitudes de simpatia à monarquia. Rui Barbosa, principal crítico da Guarda Ne-

gra, percebendo o quanto uma agitação popular anti-republicana seria prejudicial aos interesses que ele defendia, fez um surpreendente elogio aos libertos que parece um quase apelo à sua suposta irracionalidade:

*Os próprios resgatados, por entre o reconhecimento devido a essa generosa cooperação nacional, não têm motivos para humilhar a sua gratidão até ao nível da esmola recebida na indigência da invalidez. O escravo teve um papel autônomo na crise terminativa da escravidão. Abaixo da propaganda multiforme lhe abria os olhos ao senso íntimo da iniquidade, que o vitimava, ele constituiu o fator dominante na obra da redenção de si mesmo.*⁴⁰

Além de surpreendente, esse discurso de Rui parecia inovador. Falar de "papel autônomo" dos escravos na abolição poderia ser perigoso, agitando ainda mais aquelas "águas turvas". Mas ele, com sua retórica política, temperou-o bem, pois, "na crise terminativa da escravidão", frisava, a participação dos escravos enquanto "fator dominante" estava "abaixo da propaganda multiforme". Não obstante, esse discurso não era endereçado aos libertos em si: tinha como fundamento o eixo das forças políticas que poderiam aderir ao novo regime. A expressão "generosa cooperação nacional" tornava evidente como Rui procurava sensibilizar, num derradeiro recurso mobilizador, as camadas médias e pobres da população da Corte, responsabilizando-as pelo feito do 13 de maio. Sem dúvida, as imagens da campanha abolicionista nas ruas da cidade, ou até mesmo da Revolta do Vintém no início da década, ainda estavam presentes na mente da elite política.⁴¹ Ademais, os republicanos, constantemente preocupados com a agitação pró-monárquica dos libertos, procuravam, sempre que possível, associar os conflitos à crise ministerial do Império, à possível articulação em favor do Terceiro Reinado e à convivência da princesa Isabel com os desmandos da Guarda Negra.⁴²

*A menor palavra reprovadora da sereníssima princesa imperial teria extinguido ao nascedouro esta cisão de raças, que uma especulação inenarravelmente criminosa iniciou, na Corte do Império, sob o pretexto póstumo do abolicionismo.*⁴³

Os limites do discurso de Rui eram impostos pelo seu próprio medo.⁴⁴ Os conflitos entre libertos e republicanos não mais estavam restritos à Corte. Os jornais, num clima de pavor, noticiavam confrontos entre libertos, ex-senhores e propagandistas republicanos ocorridos no interior da província fluminense, no primeiro semestre de 1889, principalmente em Anta, Angustura, Campos, Lage do Muriaé, Santo Antônio de Pádua e Valença.⁴⁵ O discurso da manipulação, em alguns momentos, cedia o lugar ao discurso do terror:

*Ao mesmo passo, os telegramas de anteontem elevam o número dos libertos amotinados a oitocentos, e atestam que as ameaças a princípio dirigidas contra os republicanos compreendem agora, sem discriminação de partido, todos os antigos senhores, todos os brancos, todos os que não foram escravos.*⁴⁶

A batalha entre monarquistas e republicanos era também uma batalha entre negros e brancos, libertos e ex-senhores. O terror de Rui era real e não mais um possível truque de orador político; ele inclusive já havia falado em "cisão de raças". Também os fazendeiros e a população branca no interior viam, muitas vezes, os movimentos de insatisfação e autonomia dos libertos como um revide antibranco após a abolição. Pequinita também havia alertado seu irmão Lelé de que os libertos "já não fazem questão de política, mas sim da raça". Juntamente com o discurso da manipulação e irracionalidade dos libertos, preponderava a retórica sobre a questão racial nos embates entre Patrocínio e Rui. A agitação pró-monárquica ou a ofensiva da propaganda republicana poderiam gerar um conflito racial no

entender de ambos, conflito esse até então inexistente na sociedade brasileira, segundo a opinião de alguns:

*(...) Pretende-se despertar animosidades, fazer surgir ódios extintos ou insuflar outros que não possuímos para que, no meio das águas turvas assim agitadas, se torne fácil a sucessão da Coroa (...). É sabido que as conferências encomendadas a um palrador conhecido e publicadas largamente à custa dos cofres públicos foram logo o atear de incêndios das paixões ruins, foram o sublevar de ódio do negro contra o branco, foram o conselho e o desafio ao assassinato e à depredação.*⁴⁷

Os republicanos bradavam contra os monarquistas e seu último ministério, que procuravam, segundo eles, capitalizar a agitação popular dos libertos contra a propaganda republicana, inquietando, assim, as "águas turvas" para favorecer o poder monárquico em crise. Eles denunciavam que essa agitação insuflava ou fazia surgir "ódios extintos" entre ex-senhores e libertos, brancos e negros. Políticos do Império, hábil e "criminosamente" – acusavam os republicanos –, faziam uso político das manifestações. Provavelmente, apesar dos ataques e defesas, tanto para monarquistas como para republicanos ou abolicionistas a questão do racismo em face da abolição não deveria ser despertada.

A imagem de um urso a hibernar numa caverna bem escura e que, em hipótese alguma, deveria ser molestado, pois poderia acordar furioso, talvez bem servisse para ilustrar a visão da elite política da época sobre o tema racial, que poderia surgir do meio da população não-branca com o fim da escravidão. Joaquim Nabuco tinha sentenciado que o "sistema de absoluta igualdade racial brasileira oferecia uma perspectiva melhor para a raça negra do que a oferecida nos EUA".⁴⁸ No entanto, o fato é que, logo após a abolição, ele próprio já se mostrava cético em relação à situação polí-

tica e racial do Brasil.⁴⁹ Os “incêndios das paixões ruins” já tinham suas labaredas ateadas.

A GUERRA ENTRE AS RAÇAS

Seja na defesa ou nas acusações concernentes à Guarda Negra, questões sobre um possível confronto racial estavam sempre presentes no debate jornalístico. Rui Barbosa publicou um edital no *Diário de Notícias* intitulado “A Coroa e a guerra entre as raças”, em que, entre outras coisas, responsabilizava a política imperial por sua convivência relativa com as provocações e ataques dos libertos aos republicanos.⁵⁰

Em alguns momentos, como na campanha abolicionista, o tema racial foi usado como um eficiente recurso político que se pretendia mobilizador da população não-branca da Corte na defesa dos interesses abolicionistas, monarquistas ou republicanos. Patrocínio ressaltava que a propaganda republicana expressava um ódio aos “homens de cor” gerado pela insatisfação de alguns setores políticos agrários com os efeitos provocados pela abolição:

*O modo como os republicanos de 14 de maio estão dirigindo a propaganda contra as instituições vigentes, tem provocado em toda a parte do país a maior indignação. Desnaturado o sagrado ideal da República, servem-se dele como a arma de vingança contra a monarquia, os quais não queriam e não querem ainda agora conformar-se com a igualdade de todos os brasileiros. Contra os homens de cor são vulcânicas as explosões de ódio.*⁵¹

Os “republicanos de 14 de maio”, a que se refere Patrocínio, eram os ex-senhores e fazendeiros que haviam erguido a bandeira republicana após a abolição, insatisfeitos com a emancipação dos escravos. Reclamando pela indenização, defendendo seus interesses e preocupados com o controle do trabalho dos

ex-escravos, esses republicanos, criticava Patrocínio, haviam “desnaturado o sagrado ideal da República”. Além disso, a veemência com que atacavam a monarquia e principalmente os libertos tinha cheiro de racismo.

Aqui abro um parêntese para falar rapidamente da utilização magistral que Rui Barbosa faz da carta de Pequitiá, publicando trechos no *Diário de Notícias*, em 7 de maio de 1889. O título de seu editorial é bem sugestivo: “O Gabinete do Terror”. Rui começa explicando que a autora da carta, “quase soluçante” (ele omite o nome de Pequitiá), era a “esposa de um antigo e devotado abolicionista” e que optou por apresentar alguns de seus trechos à nação devido “às necessidades supremas de salvação pública”. Grifando alguns trechos e omitindo outros (como aquele em que Pequitiá informava a seu irmão as providências tomadas pelo seu marido em vistas dos temores dos “barulhos” dos libertos, contratando “dous bons capangas”), Rui elabora um contundente ataque à política do gabinete de João Alfredo, destacando como ele era responsável pelo “quadro de agonias da família brasileira”. Ele segue batendo firme na tecla da manipulação política da população negra por parte do Império, suas autoridades e alguns abolicionistas monarquistas:

*(...) Ao manipulanso grotesco das senzalas, próprios para a gente da África, sucedia o feiticismo da idolatria dúlica, digna de uma nação de libertos inconscientes. E para que ninguém ousasse deturbar o sossego desses ritos, imaginou-se estender em volta da Coroa um exército de corações iludidos.*⁵²

Nesse passo, os ataques de Rui à participação política dos libertos utilizam a força dos argumentos biológicos. O “exército” de libertos que nas ruas da Corte antipativavam com a propaganda republicana era formado de “corações iludidos”. As razões pareciam óbvias para Rui: os negros libertos se achavam não só marcados socialmente pela escravidão,

já que estavam totalmente “inconscientes” de suas responsabilidades e atitudes, como também a sua raça os empurrava a um “feiticismo” político “próprio para a gente da África”. Os negros libertos eram vistos como biológica e socialmente impossibilitados de ter vontade própria, de ter e defender seus próprios interesses políticos. Esse discurso de Rui não era um eco isolado: tinha a legitimidade de um discurso científico que surgia e que procurava novas formas de mostrar a inferioridade do negro não mais escravo, despreparado para ser cidadão, não só pela sua experiência social na escravidão, mas também pela sua raça. É hora de o escravo virar negro.

Mariza Corrêa chama a atenção para o fato de que, “invertendo a afirmação de Marx (‘um negro é um negro. Em certas circunstâncias ele se transforma num escravo’), os intelectuais daquele momento tratavam de transformar escravos em negros, isto é, de constituirlos enquanto categorias de análise, deixando entre parênteses, em sua passagem de ‘máquina de trabalho’ a ‘objetos de ciência’ (Silvio Romero), a discussão de sua cidadania”.⁵³ Analisando os origens da ideologia racista na França no século XVIII, Boule enfatiza como o racismo patenteava um elo entre o “desaparecido Ancien Régime e as sociedades capitalistas modernas”, na medida em que em torno dele se elaboravam os valores sociais representativos adotados pela sociedade francesa (incluindo as suas colônias) naquele final de século.⁵⁴ Quanto ao conflito racial, Rui advertia para suas possíveis consequências:

*(...) Eis o rastro sinistro que prepara a guerra civil, levando ao seio dos nossos serões o ódio entre as raças, sentimento funesto que o cativo não gerara e que um cálculo de política perversa concebeu num ato de ajuntamento entre a ambição de uma Coroa e o servilismo de seus conselheiros.*⁵⁵

Como afirmamos anteriormente, a possibilidade de se desencadear um conflito racial generalizado preocupava tanto monarquistas

como republicanos. No início de 1889, a redação do jornal *O Paiz* sofreu um atentado. Periódicos e jornalistas de várias correntes políticas se uniram na defesa da liberdade de imprensa, repudiando o ataque. Alguns jornais acusaram mais uma vez os libertos e a Guarda Negra de serem responsáveis por esse e outros atos, evocando casos passados em que os capoeiras eram recrutados, segundo denúncias, pelo Império para empastelar jornais e provocar distúrbios em comícios de partidos de oposição e nas eleições. Nos conflitos de rua e nos comícios em épocas eleitorais, os capoeiras eram sempre identificados como principais protagonistas, sendo acusados, em muitas ocasiões, de servir de “capangas” para os políticos.⁵⁶ Aliás, Pequitiá comunicava, em sua carta, que seu marido, Barcellos, preocupado com os rumores de conflitos no primeiro aniversário do 13 de maio, havia contratado dois “bons capangas”, um deles capoeira, para protegerem toda a família. O atentado contra a redação de *O Paiz* agitou novamente as “águas turvas”, trazendo de volta aos debates jornalísticos as críticas à Guarda Negra e aos libertos.

Em janeiro de 1889, o *Cidade do Rio* publica uma nota de Clarindo de Almeida (que se autodenominava “Chefe Geral da Guarda Negra”) defendendo-se das acusações e afirmando, inclusive, que a raça negra teria uma gratidão também com *O Paiz*, por ter sido esse jornal um órgão abolicionista, contra o qual, portanto, a Guarda seria incapaz de cometer qualquer atentado. A nota ressalta ainda a figura de um dos colaboradores do jornal, Joaquim Nabuco, como abolicionista destacado.⁵⁷ Por fim, Clarindo de Almeida tenta negar qualquer possibilidade de confronto racial na participação política da Guarda Negra contra a propaganda republicana:

O nosso fim não é levantar o homem de cor contra o branco, mas restituir ao homem de cor o direito que lhe foi roubado, de intervir nos negócios públicos.

*Não é por serem brancos os republicanos, mas por serem a vergonha da nação, que nós os combatemos.*⁵⁸

Clarindo de Almeida, assim como Patrocínio e outros abolicionistas monarquistas tentavam, por meio da retórica jornalística, comandar (só pelos jornais, é claro) e representar as ações e interesses dos libertos nesse processo. Os discursos de Patrocínio e de Rui nem sempre foram tão divergentes quanto parecia com relação à atuação da Guarda Negra. Patrocínio, que nunca tinha negado seu namoro com o republicanismo, ainda que criticando alguns de seus efeitos e direcionamentos propagandísticos após a abolição, adere formalmente à sua campanha em meados de 1889.⁵⁹

A data do aniversário do centenário da Revolução Francesa, 14 de julho de 1889, foi marcada por comemorações e comícios dos republicanos e por novos choques entre estes e os libertos na Corte. Após passeatas, festejos, desfiles e atos solenes pelas ruas do Centro da Cidade, os republicanos, segundo os noticiários, teriam sido atacados por "um grupo de desordeiros que deram vivas à monarquia e morras à república, agredindo, a torto e a direito, a cacete e tiros de revólver". Mais uma vez os jornais da Corte dedicam amplo espaço para a crítica às causas e consequências dos conflitos, assim como para acusações à Guarda Negra e à "malta" de capoeiras.⁶⁰

Nos dias seguintes a esses acontecimentos, Patrocínio escreve editoriais criticando a Guarda Negra e a participação política dos libertos.⁶¹ Seus discursos passaram a ser quase uma reprodução dos discursos acusadores de Rui Barbosa, de Alcindo Guanabara e dos demais republicanos. Ele criticava aquela agitação popular, a ação dos capoeiras e pedia providências das autoridades policiais do Império para que evitassem aqueles "excessos" e "desmandos". Com relação aos libertos, Patrocínio lamentava que estivessem sendo vítimas de "intrigas" e considerava que a Guarda Negra era "uma falange de corações agradeci-

dos" que, embora desviada, "tinha como principal fim educar e preparar para a vida da livre concorrência social os nossos recentes concidadãos".⁶² Os mesmos conceitos sobre o medo, a "inaptidão política" e a "guerra entre as raças" emergem, desta vez, no discurso de Patrocínio:

*É necessário, em nome da nossa pátria e do próprio futuro de nossos filhos, que terão de pagar o ódio de raça, que as influências desumanas que estão dirigindo a Guarda Negra, vão semeando; é necessário que todos os homens de cor mais instruídos se consagrem à propaganda humanitária de esclarecimento a seus irmãos, a quem o cativo roubou a noção da vida social.*⁶³

Parecia que os "ideais republicanos" haviam penetrado fundo no coração de Patrocínio, já que ele agora estava empenhado em cassar os direitos políticos do "partido tão legítimo como outro qualquer" dos libertos, que defendeu no final de 1888. Patrocínio, então, dirigiu seus ataques com toda diligência à Guarda Negra, aos libertos e aos capoeiras, enfim, a todas as "influências desumanas".⁶⁴

O conflito racial e a participação dos libertos e da população negra e pobre em geral nos debates políticos assustavam sobremaneira os republicanos, não mais fazendo parte somente de uma retórica jornalística. Os políticos sabiam – pois tinham como experiência a campanha da abolição na Corte na década de oitenta – que a participação das massas populares nos debates políticos podia ser decisiva e, na maioria das vezes, prejudicial a seus interesses. Portanto, uma agitação popular anti-republicana permeada por um conflito racial seria inadmissível. A mudança do discurso de Patrocínio, talvez o maior defensor público da Guarda Negra, foi o melhor exemplo disso. Para maioria dos republicanos, a questão sobre o racismo era inexistente e, ainda que não o fosse, necessitava ser reprimida, repressão que Gilberto Freyre, analisando os conflitos entre a população negra e os republicanos, criticava

para a truculência, afirmando que suas ações de revide se assemelhavam às da "Klu-Klux-Klan, nos Estados Unidos, após a Guerra Civil".

Desde já, a elite política republicana procurava impor alguns significados para suas idéias e símbolos. Para ela, o 13 de maio, por exemplo, tinha sido fruto de um movimento de progresso da nação, assim como a consequente República.⁶⁵ Da parte dos políticos monarquistas e das autoridades imperiais, mesmo lhes sendo benéficas em termos de dividendos políticos, a agitação e a ação popular dos libertos talvez os assustassem pela falta de controle.⁶⁶ Esses diferentes discursos sobre os libertos e os significados de suas ações políticas entre a abolição e a proclamação da República podem nos levar ao início do caminho para entendermos como, na memória sobre a abolição, esta é transformada pelas elites em uma dádiva, apagando assim as experiências de luta dos escravos.

A MELANCOLIA NOTÓRIA

Agora é hora de voltarmos à tona das águas turvas em que emergimos e focarmos de novo a "melancolia notória" de Pequitita.

O medo-pânico que tempera a narrativa de Pequitita muito se assemelha ao "Grande Medo de 1789", analisado por Lefebvre.⁶⁷ Sem nenhuma dose de sadismo ou perversidade, a imagem que essa aterrorizada mulher projetou – relacionando sua espera pelo "malfadado dia" 13 de maio de 1889 com a de "um condenado que sobe o cadafalso" –, além de nos revelar algumas das significações simbólicas de como a população branca e principalmente os ex-proprietários de escravos percebiam as atitudes de autonomia dos libertos, é deveras deliciosa. É sintomático que a autora grife mais de uma vez a data do 13 de maio em sua carta. Mas é possível ler seu texto nas entrelinhas, isto é, fugindo da análise preponderante de uma parte da historiografia, que viu nos

medos das Pequititas e nos libertos "altaneiros" apenas a desorganização do trabalho e negros marcados pela escravidão, inadaptados ao trabalho livre assalariado.

Os escravos, e agora libertos, não deixaram nunca de criar, recriar e inventar seus espaços de liberdade. Esta, porém, tinha diversos significados. Como mostrou Foner para o sul dos Estados Unidos, os negros recém-libertados procuraram inúmeras formas para se livrar das "marcas da escravidão" e destruir os vários aspectos da autoridade "real e simbólica" que os ex-senhores pudessem exercer sobre suas vidas. Aqueles homens e mulheres negros "altaneiros" que deixaram "sobressaltados" Pequitita e seu marido buscavam também, entre outras coisas, autonomia – fim de açoitamentos, subordinações e separações de suas famílias.⁶⁸ Os significados de liberdade eram diversos, podendo ser desde a possibilidade de poder calçar sapatos, andar sem passes, até retirar suas mulheres do trabalho da lavoura. Na Corte, na ocasião, a liberdade para alguns libertos, pertencentes à Guarda Negra ou não, podia significar, entre outras coisas, poder provocar republicanos pelas ruas. Por que não? A propósito, num tom indignado, a edição de *Novidades* de 2 de janeiro de 1889 trazia a seguinte notícia:

Diversos grupos de indivíduos de cor e mal trajados percorreram as ruas até alta noite, dando VIVAS À MONARQUIA e à GUARDA NEGRA. Estes grupos acercavam-se das pessoas que desconfiavam serem republicanas, obrigando-as a darem VIVAS À MONARQUIA e ao MINISTÉRIO, espuncando-as se elas a isso se negassem.

Com certeza, a liberdade não representou para a maioria dos libertos continuarem nas fazendas de seus ex-senhores em troca de salários ou a integração no mercado de trabalho livre assalariado das cidades. A respeito, um observador contemporâneo registrava que "a idéia de permanecer na casa onde ele foi es-

cravo é repugnante para o liberto".⁶⁹ Aliás, Fidelia, a viúva Noronha, personagem machadiana de *Memorial de Aires*, preocupava-se com a situação de suas fazendas em Paraíba do Sul, abandonadas pelos libertos em meados de 1888.⁷⁰

Nos últimos meses de 1889, passando pela proclamação da República, a Guarda Negra desaparece dos debates jornalísticos e, aparentemente, das ruas da cidade. Não se tem notícia na Corte de nenhuma manifestação hostil dos libertos à proclamação.⁷¹ Esse aparente desaparecimento talvez frustrasse aqueles atradores de (da) elite que vivem tocando os movimentos sociais com suas poderosas armas teóricas evolucionistas. Espero que não argumentem que as ações dos libertos na ocasião foram apenas ensaios pré ou subpolíticos de um espetáculo que nunca conseguiram estreitar, algo como falta de "consciência de classe", "impotência revolucionária" ou fruto de um "espontaneísmo" latente. Insistir no discurso da manipulação política e racial foi o que tentaram os republicanos na época. Pior ainda se esses atradores teóricos forem machistas (eu disse machistas!) ortodoxos inveterados e também desdenhosos dos significados sociais que podem existir por detrás dos "medos" em determinados momentos numa dada sociedade. Se assim o forem, irão argumentar que o pânico de Pequitita e, por tabela, as atitudes daqueles libertos "altaneiros" não passaram de fantasias imaginárias decorrentes de sua natural fragilidade feminina, tal como ela própria admitia ao seu irmão Lelé: "Mas como sabes a mulher é fraca, e eu tremo." Mas não desanimemos, porque a mobilização da população negra e pobre da cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos republicanos não desapareceu, mas sim ganhou novas características.⁷²

Como destacamos de início, nossa proposta não foi examinar em que consistiu a Guarda Negra. Que ela fosse apenas um grupo organizado de libertos que manifestavam sua gratidão à princesa Isabel ou uma milícia de capoeiras recrutada pelo Império para reprimir

os republicanos, pouco importa aqui.⁷³ O fato é que as elites a identificavam como uma possível participação política dos libertos naquele momento crítico. Com a abolição, as elites perceberam que a sociedade não mais estava dividida somente em termos de classes sociais; as questões raciais poderiam aflorar e o medo de um revanchismo racial provocava apreensões.⁷⁴

Com a análise do repertório de discursos produzidos sobre a Guarda Negra e a participação política dos libertos, procuramos mostrar como as elites interpretaram a liberdade dos ex-escravos no período imediatamente após a abolição. Além disso, os acontecimentos em torno da Guarda Negra na Corte nos últimos meses do regime monárquico, aforsas controvérsias sobre sua "verdadeira" história, provocaram debates sobre qual seria a cidadania reservada ao negro liberto pelas elites republicanas no final do século.

A retórica dos debates expressava, em última análise, a visão de que a população negra estaria despreparada para qualquer participação política. A falta de preparo, segundo o argumento dessas elites, era fruto da "ascendência selvagem da raça africana" e da condição do cativo em que por muito tempo tinham permanecido os negros.⁷⁵ Para tais elites, os negros deveriam aguardar passivamente seu direito à cidadania (não a mesma cidadania destinada ao homem branco!), assegurada pela igualdade jurídica. Da mesma forma, para serem inseridos no mercado de trabalho livre, eles precisavam estar preparados para assumir sua cidadania e essa preparação deveria se realizar dentro da ordem, para o progresso da nação. Para alguns, essa fase necessária seria revestida do próprio *branqueamento* da população negra brasileira; para outros, só restava ao negro "integrar-se" na nova sociedade.⁷⁶ A cidadania não era encarada como um direito natural num país que agora não tinha mais senhores e escravos; ela era vista como um direito político, cabendo à sociedade decidir e julgar quem era merecedor ou não desse di-

reito. Muitas vezes inspirados nos ideários da Revolução Francesa, para alguns republicanos a participação popular enquanto prerrogativa política não passava de retórica.⁷⁷

A ação dos libertos e da Guarda Negra nas ruas da Corte não foi nenhuma "fantasia nascida da eloquência" dos debates políticos e jornalísticos.⁷⁸ Ela era uma demonstração da micropolítica que os libertos, e antes deles os escravos, haviam forjado com rara destreza política. Era mais uma vez a "Cidade Negra" se manifestando, com suas percepções e lógicas próprias, como o "partido negro" baiano no "jogo duro" do 2 de julho.⁷⁹ Ademais, os primeiros governos republicanos trataram as questões sociais da população com pouca re-

tórica e muita truculência e intolerância. Os capoeiras, identificados como capangas assalariados do antigo regime, foram perseguidos impiedosamente pela polícia republicana, sob o argumento de que era necessário pôr fim aos resquícios imperiais representados pela Guarda Negra e pelos capoeiras nas ruas da Corte.⁸⁰ As questões raciais, destarte sufocadas pela forte repressão desencadeada após o advento da República, não desapareceriam por completo dos movimentos populares no início do século XX na cidade do Rio de Janeiro: navegando em "águas turvas" para chegar à civilização, os políticos republicanos não haviam ainda vislumbrado o vento norte da democracia racial.

NOTAS

1. Esta carta se encontra depositada no Arquivo de Rui Barbosa/FCRB, RB - CR E 3/1-23.
2. Cf. BERGSTRESSER, Rebecca Baird. The movement for the abolition of slavery in Rio de Janeiro, Brazil, 1880-1889. Stanford, Stanford University, 1973, p. 165-6 e 176-7. *Mimeo*.
3. O *Cidade do Rio* era dirigido por José do Patrocínio, que já havia se destacado anteriormente colaborando nos periódicos *Gazeta de Notícias* (1877) e *Gazeta da Tarde* (1881). Já o *Diário de Notícias* contava com a colaboração de vários republicanos, entre eles Antonio Azevedo, Aristides Lobo, Gastão Bousquet, Lopes Trovão, Meireiros e Albuquerque e, mais tarde, Rui Barbosa. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977, p. 272-6.
4. A propósito, a expressão "no meio das águas turvas" foi retirada de um edital publicado no jornal *Novidades*, que fazia uma crítica raivosa à agitação popular na Corte, no início de 1889, envolvendo libertos, monarquistas e republicanos. Ver nota 47 deste artigo.
5. Cf. BERGSTRESSER, Rebecca Baird, *op. cit.*, p. 177.
6. O Largo do Rocio ficava onde hoje é a Praça Tiradentes, no Centro da cidade do Rio de Janeiro. A Sociedade Francesa de Ginástica ficava no final da Travessa da Barreira, próxima ao dito Largo, que era conhecido reducto de boêmios ilustres e vários tipos populares da Corte no final do século XIX. Cf. GERSON, Brasil. *Histórias das ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ed. Souza, 1954. p. 118-28.
7. Cf. *Cidade do Rio* e *Jornal do Commercio*, ambos em 31 de dezembro de 1888.
8. Ver, por exemplo: *Cidade do Rio*, 31 de dezembro de 1888 e 2, 3 e 5 de janeiro e 25 de fevereiro de 1889; *Novidades*, 30 de dezembro de 1888 e 17-19 de janeiro de 1889; *Gazeta da Tarde*, 3 de janeiro de 1889; e *O Paiz*, 5 de janeiro de 1889.
9. Cf. *Novidades*, 30 de dezembro de 1888, e *O Paiz*, 5 de janeiro de 1889. Este, na coluna "Publicações a Pedido", publica a matéria do Partido Republicano intitulada "O conflito de 30 de dezembro - Retificação histórica".
10. Cf. *Novidades*, mesma data.

11. Cf. STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba (Vassouras)*. São Paulo, Brasiliense, 1961, p. 309.
12. A experiência da emancipação dos escravos nas Américas teve como ponto em comum, sem dúvida, a expectativa dos libertos e dos fazendeiros com relação às formas de controle do trabalho. Ver: TOPLIN, Robert Brent. *Abolition and the issue of the black freedman's in Brazil. Slavery and race relations in Latin America*. Westport (England), Greenwood Press, 1974, p. 242-53. Para uma análise interessante sobre o processo político que envolveu os ex-escravos no período pós-emancipação norte-americana, ver: LITWACK, Leon F. *Been in the storm so long. The aftermath of slavery*. New York, Vintage Books, 1980, especialmente o Capítulo 4: "Slaves no more".
13. *O Paiz*, 5 de janeiro de 1889.
14. *Cidade do Rio*, 31 de dezembro de 1888.
15. Cf. BERGSTRESSER, Rebeca Baird, *op. cit.*, p. 177.
16. *Cidade do Rio*, 31 de dezembro de 1888.
17. *Cidade do Rio*, 22 de março de 1889.
18. Cf. STEIN, Stanley J., *op. cit.* p. 309, citado também em ANDREWS, George Reid. Black and white workers: São Paulo, Brazil, 1888-1928. *Hispanic American Historical Review*, 68:3, August 1988, p. 514.
19. Ver essa crônica e outras escritas por Machado de Assis e publicadas na *Gazeta de Notícias* entre 1888 e 1889 em GLEDSON, John. *Bons dias! Crônicas* (1888-1889). São Paulo, Ed. Hucitec-Unicamp, 1990, crônica 13, p. 84-7.
20. Cf. BERGSTRESSER, Rebecca Baird, *op. cit.*, p. 155-61.
21. Cf. MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro, Ed. Sábá, 1969, p. 93-101.
22. Cf. *Cidade do Rio*, 31 de dezembro de 1888.
23. Cf. *Cidade do Rio*, 26 de abril de 1889.
24. A propósito, as questões raciais e o controle social sobre a população negra livre já preocupavam as autoridades imperiais no período pós-independência. Cf. FLORY, Thomas. Race and social control in independent Brazil. *Journal of Latin American Studies*, vol. 9, 2ª parte, 1977, p. 199-224.
25. Ver ANDREWS, George Reid. Black and white workers: São Paulo, Brazil, 1888-1928, *op. cit.*, p. 491-524.
26. No dia 3 de janeiro de 1889, no *Cidade do Rio*, é publicada uma nota de Clarindo de Almeida autodenominando-se "Chefe Geral da Guarda Negra", em que se defende das acusações lançadas contra ela nos periódicos republicanos, principalmente o *Novidades* e *O Paiz*. O debate prossegue, com polêmicas, na réplica de *O Paiz*, de 5 de janeiro de 1889.
27. *O Paiz*, mesma data.
28. *Cidade de Campos*, 5 de janeiro de 1889.
29. Sobre a questão da popularidade do imperador junto aos escravos na Corte no final do século XIX, ver as instigantes pistas seguidas por CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 182-6.
30. Cf. *Cidade do Rio*, 24 de julho de 1888.

31. Cf. ALBUQUERQUE, José Joaquim Campos da Costa Medeiros e. *Quando eu era vivo...*, 2ª edição. Porto Alegre, 1945, p. 69-70.
32. Conforme, por exemplo: BARRETO FILHO, Mello e LIMA, Hermeto. *História da polícia do Rio de Janeiro. Aspectos da cidade e da vida carioca; 1870-1889*. Rio de Janeiro, Editora A Noite, vol. 3, p. 160-1; CALMON, Pedro. *A princesa Isabel "A Redentora"*. Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional, Série 5ª, Brasília, volume 207, 1941, p. 227-8; LIRA, Heitor. *História da queda do Império*. Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional, Brasília, volume 320, 1964, p. 304-5; ORICO, Osvaldo. *O Tigre da Abolição*. Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional, 1931, p. 185-92; PASIN, José Luis. A Guarda Negra da Princesa Isabel. *O Eco*, Guaratinguetá (SP), 15-18 de maio de 1963; e QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Uma garganta e alguns nêqueis. História de Silva Jardim, o herói da propaganda republicana*. Rio de Janeiro, Editora Aurora, 1947, p. 67-71.
33. BRANDÃO, Paulo José Pires. *A princesa dona Isabel a Redentora*. Rio de Janeiro, Tipografia do Patronato, 1946, p. 22.
34. *Idem, ibidem*, p. 23.
35. Cf. *Diário de Notícias*, 9 de maio de 1889. A Guarda Negra, segundo algumas descrições, se reunia inicialmente na Rua da Carioca, 77, onde funcionava uma sociedade denominada Habitantes da Lua. Depois as reuniões passaram a se realizar em sua sede na Rua Senhor dos Passos, 165, onde havia sido fundada a Sociedade Beneficente Isabel, a Redentora, mais tarde transferida para a Rua Larga de São Joaquim (atual Rua Marechal Floriano). Cf. BARRETO FILHO, Mello e LIMA, Hermeto, *op. cit.*
36. Cf. AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites - século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 238-50. Na cidade de São Paulo, também se registram debates e polêmicas jornalísticas sobre o episódio da Guarda Negra, travados nos periódicos *Província de São Paulo* e *A Redenção*. Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 240-5.
37. *Cidade do Rio*, 16 de janeiro de 1889. Editorial assinado por José do Patrocínio sob o título "A intriga".
38. *Cidade do Rio*, 19 de setembro de 1888.
39. Cf. BARRETO FILHO, Mello e LIMA, Hermeto, *op. cit.*, p. 149-51; e MORAIS FILHO, Melo. O príncipe Obá. *Festas e tradições populares do Brasil*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1979, p. 309-12.
40. *Diário de Notícias*, 13 de maio de 1889.
41. Ver BERGSTRESSER, Rebecca Baird, *op. cit.*, e GRAHAM, Sandra. The Vintem riot and political culture: Rio de Janeiro, 1880. *Hispanic American Historical Review*, 60(3):431-49, 1980.
42. Essas críticas apareciam constantemente nos editoriais dos periódicos da Corte. Ver. *Novidades*, de 2, 4 e 5 de outubro, 31 de dezembro de 1888 e 3, 8, 14 e 17 de janeiro de 1889; *O Paiz*, 28 de setembro de 1888; *Gazeta da Tarde*, 30 de dezembro de 1888 e 3 de janeiro de 1889; e no *Diário de Notícias*, 10, 20 e 24 de abril e 27 de junho de 1889.
43. *Diário de Notícias*, 20 de abril de 1889.
44. Chalhoub analisa de forma original o "medo branco das almas negras" de Rui Barbosa e das elites políticas da Corte no final do século XIX. Cf. CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Anpuh-Marco Zero, 8(16):83-105, março-agosto de 1988.
45. Ver *Novidades*, 11 e 12 de fevereiro e 19 de março de 1889; *Cidade do Rio*, 22 e 28 de março de 1889; e *Diário de Notícias*, 19, 20 e 24 de abril de 1889.
46. *Diário de Notícias*, 24 de abril de 1889.

47. *Novidades*, 2 de janeiro de 1889. Editorial intitulado "Política do sangue", grifo nosso.
48. NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1938, p. 11.
49. Citado em BERGSTRESSER, Rebecca Baird, *op. cit.*, p. 155 e 184. Ver também o editorial escrito por Joaquim Nabuco, intitulado "A República e a Abolição", publicado em *O Paiz*, 1 de outubro de 1888.
50. Cf. *Diário de Notícias*, 9 de maio de 1889.
51. *Cidade do Rio*, 31 de dezembro de 1888.
52. *Diário de Notícias*, 13 de maio de 1889.
53. Cf. CORRÊA, Mariza. As ilusões da liberdade. A escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Tese de Doutorado em antropologia. FFLCH/USP. 1982, p. 42-43. *Mimeo*. Para uma visão das elites norte-americanas e inglesas sobre o negro no período pós-emancipação, ver: FREDRICKSON, George M. *The black image in the white mind. The debate on Afro-American character and destiny. 1817-1914*. New York, Harper Torchbooks, 1971, especialmente o capítulo "Science, polygenesis, and the proslavery argument", p. 71-97, e WALVIN, James. Recurring theses: white images of black life during and after slavery. *Slavery and Abolition*, 5(2):118-44, September 1984.
54. Cf. BOULLE, Pierre H. Em defesa da escravidão: oposição à abolição no século XVI e as origens da ideologia racista na França. In: KRANTZ, Frederick (org.). *A outra história. Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990, p. 191-210. Ver também a respeito: GEGGUS, David. Racial equality, slavery, and colonial secession during the Constituent Assembly. *The American Historical Review*, 94(5):1290-308, December 1989.
55. *Diário de Notícias*, 19 de maio de 1889.
56. Em janeiro de 1885, o periódico *Gazeta da Tarde* havia sido empastelado e os capociras da Corte tinham sido acusados do atentado. Cf. DUQUE ESTRADA, Osório. *A abolição: esboço histórico*. Rio de Janeiro, Ed. Leite e Maurílio, 1918, p. 210 e 215.
57. Cf. *Cidade do Rio*, 2 de janeiro de 1889.
58. *Cidade do Rio*, 3 de janeiro de 1889.
59. Cf. *Cidade do Rio*, 7 de outubro de 1888, e BERGSTRESSER, Rebecca Baird, *op. cit.*, p. 185. Em 1 de julho de 1889, cai o ministério João Alfredo, subindo ao poder o último gabinete ministerial do regime monárquico, chefiado então pelo Visconde de Ouro Preto.
60. Ver a edição de segunda-feira 15 de junho de 1889 dos jornais *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde*, *Diário de Notícias*, *Novidades*, *O Paiz* e *Cidade do Rio*.
61. Editoriais intitulados "Os homens de cor" e "A Guarda Negra", publicados no *Cidade do Rio*, em 15 e 20 de julho de 1889, respectivamente.
62. Cf. *Cidade do Rio*, 15 de julho de 1889.
63. *Idem*.
64. Cf. *Cidade do Rio*, 22 de julho de 1889. Com relação à repressão aos capociras, ver *Cidade do Rio*, 13, 16, 17 e 24 de dezembro de 1889.
65. Cf. FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1959, tomo I, p. 13. Ver, a respeito, AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Batismo da liberdade: os abolicionistas e o destino do negro. *Histórias, Questões e Debates*. Curitiba, 9(16):38-65, janeiro de 1988.

66. O governo imperial, por exemplo, expressava seu desagrado com relação aos rumores de um possível ataque da Guarda Negra aos quartéis do Exército na Corte que se manifestaram a favor do republicanism quando da prisão de Deodoro. Cf. MORAIS, Evaristo de. *Da Monarquia para a República (1870-1889)*. Rio de Janeiro, Athenas Editora, 1936, p. 199.
67. Ver: LEFEBVRE, Georges. *O grande medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Campus Editora, 1979, especialmente o capítulo "Os pánicos originais", p. 137-40.
68. Cf. FONER, Eric. O significado da liberdade. *Revista Brasileira de História*, *op. cit.*, p. 12, e ROSE, Willie Lee. Jubilee and beyond: what was freedom. In: SANSIG, David G. (org). *What was free dom's price*. Jackson, University Press of Mississippi, 1978, p. 3-20. Para uma análise comparativa sobre o período pós-emancipação nas sociedades escravistas americanas, incluindo o Brasil, ver: SCOTT, Rebecca J. Exploring the meaning of freedom: postemancipation societies in comparative perspective. *Hispanic American Historical Review*, *op. cit.*, p. 407-28.
69. Cf. Francisco de Paula Lázaro Gonçalves, "Relatório apresentado à Associação Promotora de Imigração em Minas", Juiz de Fora, 1898, p. 10-12, citado em ANDREWS, George Reid. *op. cit.*, p. 514.
70. Ver ASSIS, Machado de. *Memorial de Aires*. Coleção de Autores Célebres da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro, Livraria Garnier, 1925, p. 153-9.
71. João Lima conta, por exemplo, que no Maranhão um grupo de negros reagiu à proclamação da República invadindo a redação do jornal *O Globo*, um periódico republicano. Essa manifestação foi imediatamente reprimida pela força policial local, tendo deixado inclusive mortos vários ex-escravos. Cf. LIMA, João. *Figuras da República Velha*. Rio de Janeiro, Tipografia Baptista de Souza, 1941, p. 77-79.
72. Analisando as revoltas e manifestações populares no início do período republicano, Teresa Meade destaca como os protestos da população pobre a negra foram canalizados para as reivindicações de melhores condições de vida (alimentação, habitação, higiene etc.). Cf. MEADE, Teresa. Living worse and costing more: resistance and riot in Rio de Janeiro, 1890-1917. *Journal of Latin American Studies*, volume 21, 2ª parte, May 1989, p. 241-66. Para uma análise sobre as classes populares e a oposição ao regime republicano recém-instaurado, ver também: SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
73. Em artigo recente, onde aponta interessantes ramificações da Guarda Negra e ações dos libertos nos meses que se sucederam à abolição, na Bahia, Campinas, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santos, São Paulo e Rio Grande do Sul, Trochim levanta algumas hipóteses sugestivas para explicar o aparente desaparecimento da Guarda Negra e sua desmobilização política nos últimos meses de 1889. Cf. TROCHIM, Michel R. The Brazilian Black Guard. Racial conflict in post-abolition Brazil. *The Americas*, XLIV(3): 298-9, January de 1988.
74. Cf. AZEVEDO, Celia Maria Marinho de, *op. cit.*, p. 248.
75. Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz, *op. cit.*, p. 250-6.
76. Para uma crítica às análises de Florestan Fernandes sobre a "integração" do negro, ver ANDREWS, George Reid, *op. cit.*, p. 506-20.
77. A respeito das concepções de cidadania no período imediatamente após a proclamação da República, ver CARVALHO, José Murilo. República e cidadanias. *Dados*. Rio de Janeiro, 28(2):143-61, Editora Campus, 1985, e *Os desnaturalizados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 42-65.
78. A Guarda Negra ocasionou episódios e repercussões diversas em outras partes do Império. Por exemplo, em Campinas, no início de 1889, um grupo de libertos distribuiu um documento intitulado "Protestos dos homens de cor", que, entre outras coisas, dizia: "Os libertos aqui reunidos em Assembléia popular para tratarem do interesse da sua classe, vêm declarar que de modo algum concordam com a organização da Guarda Negra, com o fim de defender o trono da Princesa." Citado em MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1921)*. Campinas, Editora da Unicamp, 1987, p. 188-9.